



JORNALISTA MULTIMÍDIA E MULTITAREFA: O PERFIL CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO PRECÁRIO NO JORNALISMO

Multimedia journalist: the contemporary profile of precarious work in journalism

Periodista multimídia y multitarefa: o perfil contemporâneo del trabajo precario no periodismo

Jeferson Bertolini

Universidade Federal de Santa Catarina
jefersonbertolini@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda o conceito de trabalho precário de Standing (2014) e busca dimensioná-lo entre os jornalistas brasileiros. Trata-se de uma categoria cuja função é oferecer informações de qualidade para que as pessoas sejam livres e se autogovernem (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). O texto indica que a precarização se agravou na última década, com as tecnologias digitais, que reconfiguraram o mercado de trabalho e reordenaram o modelo de negócio das empresas do setor. O manuscrito também sugere que o trabalho precário impacta na qualidade da informação que os jornalistas produzem, tendo, assim, reflexos em toda a sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho precário. Jornalistas. Informação.

Abstract

This article demonstrates the concept of precarious labour of Standing (2014) and scales this concept among brazilian journalists. Journalist is a professional who should provide quality information for people to be free and autogovernem (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). The text indicates that precarious labour has worsened in the last decade, with digital technologies. They reconfigured the market and reordered the business model of companies in the sector. The manuscript also suggests that precarious labour impacts on the quality of information that journalists produce and disseminate, and this has repercussions on the entire society.

Key words: Work. Precarious labour. Journalists. Information.



Resumen

Este artículo aborda el concepto de trabajo precario de Standing (2014) y busca dimensionarlo entre los periodistas brasileños. Se trata de una categoría cuya función es ofrecer información de calidad para que las personas sean libres y se autogobernen (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003). El texto indica que la precarización se agravó en la última década, con las tecnologías digitales, que reconfiguraron el mercado de trabajo y reordenaron el modelo de negocio de las empresas del sector. El manuscrito también sugiere que el trabajo precario impacta en la calidad de la información que los periodistas producen y divulgan, teniendo así reflejos en toda la sociedad.

Palabras clave: Trabajo. Trabajo precario. Periodistas. Información

1. INTRODUÇÃO

Multimídia e multitarefa se converteram nos dois termos mais notórios do mercado de trabalho dos jornalistas. O primeiro indica que o profissional deverá ser capaz de fazer trabalhos para mais de um veículo midiático, como jornal e rádio, ao mesmo tempo. O segundo estabelece que o jornalista deverá fazer tarefas, como redigir textos e tirar fatos, que até bem pouco tempo atrás competiam a profissionais distintos.

O novo perfil do jornalista se deve (1) à reconfiguração do mercado de trabalho provocada pelas tecnologias digitais, sentida com mais nitidez no Brasil no início dos anos 2000; e (2) à reordenação dos negócios das grandes empresas de mídia, que precisaram se diversificar, invadindo setores como música, cinema, editora e entretenimento, para superar crises do setor (a máxima “não coleque todos os ovos na mesma cesta” foi seguida à risca).

O resultado desta reordenação do perfil profissional e do mercado de trabalho, para citar exemplos básicos, são jornalistas com excesso de trabalho, isolados do convívio familiar e dos amigos, inseguros no emprego, desrespeitados em direitos trabalhistas e enfraquecidos como categoria.

A esse cenário somam-se problemas históricos do jornalismo, como o trabalho sob pressão, a pressão política e comercial, os salários baixos e o risco de morte. Diante deste cenário, fica fácil considerar o jornalista brasileiro uma vítima do trabalho precário.

Na perspectiva de Standing (2014), o trabalho precário consiste em profissionais desprovidos de sete garantias: *garantia de mercado de trabalho* (oportunidades dignas), *garantia de vínculo empregatício* (proteção contra dispensa arbitrária), *garantia de segurança*

no emprego (oportunidade para manter o emprego e poder progredir em status e renda), *garantia de segurança do trabalho* (proteção contra acidentes e doenças), *garantia de reprodução de habilidade* (oportunidade de receber treinamento), *garantia de segurança de renda* (ter renda adequada e estável) e *garantia de representação* (sindicatos independentes).

Neste artigo, observa-se o trabalho precário entre os jornalistas brasileiros, sobretudo os que atuam em redação (lidam com notícia). Trata-se de uma categoria cujo dever é produzir informação de qualidade para que as pessoas sejam livres e se autogovernem (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

De certa maneira, pode-se entender que o trabalho do jornalista é precário desde a regulamentação da profissão, no século 19, pois a maioria dos profissionais guia-se mais por ideologias e senso de justiça e de democracia (TRAQUINA, 2008) do que por contratos trabalhistas. Mas, na última década, com o predomínio do ambiente digital, a profissão parece ter entrado em colapso.

O problema não afeta apenas os jornalistas. Atinge também a população como um todo, uma vez que a precariedade das condições de trabalho nas redações do país interfere na qualidade da informação que o jornalista produz e divulga.

Antes de abordar o trabalho precário e de dimensioná-lo entre os jornalistas é preciso resgatar fundamentos do trabalho, a categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 1979, p. 8), que nos ocupa agora:

2. TRABALHO: ATIVIDADE DE DEGRADAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

O trabalho precário é uma característica contemporânea da atividade que o homem exerce desde os primórdios e que sempre esteve ligada à punição e torturas¹. Como lembra Antunes (2005, p. 11), “desde o mundo antigo e sua filosofia o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão”.

Arend (2005, p. 179) define o trabalho como “atividade de penas e fadigas que nunca termina enquanto dura a vida”. E o relaciona à *vida ativa*, historicamente considerada

¹ O termo trabalho vem de *tripalium*, um instrumento de tortura da Antiguidade. Consistia em três paus fincados no chão em forma de pirâmide. O infrator era pendurado na armação até morrer. Ou era espetado, pelo ânus, para que seu corpo fosse atravessado por uma das pontas.

inferior porque sempre foi pensada do ponto de vista da *vida contemplativa*: primeiro pela filosofia; depois pelo cristianismo, que pregava a salvação após o castigo do corpo.

O pensamento cristão concebeu o trabalho “como martírio e salvação, atalho certo para o mundo celestial, caminho para o paraíso” (ANTUNES, 2005, p. 11). E a filosofia de São Tomás de Aquino o classificava como “ato moral digno de honra e respeito”.

Weber (2013) também referiu-se ao trabalho pelo viés cristão. Dizia que os protestantes foram induzidos a trabalhar para conseguir a salvação, a evitar o consumo e, indiretamente, a acumular o capital. Assim, viu nascer o capitalismo e o predomínio do negócio (*negar o ócio*) e do lucro.

No documento deste espírito capitalista, que “contém aquilo que procuramos numa pureza quase clássica e que, ao mesmo tempo, apresenta a vantagem de ser livre de qualquer relação direta com a religião”, ele destaca:

> Lembra-te que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar só essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins e mais.

> Lembra-te que o dinheiro é de natureza prolífica, procriativa. O dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais, e assim por diante. Cinco xelins em giro são seis; novamente empregados, são sete e três pence, e assim por diante, até atingir cem libras. Quanto mais houver dele, mais ele produz em cada turno, de modo que o lucro aumenta cada vez mais rapidamente.

> As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma taverna, quando deverias estar no trabalho (Ibid, p.32).

Weber entendia que “a emergência do capitalismo² supusera a instauração de uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma vocação, de tal

² A respeito do que chamam de “novo espírito do capitalismo”, Boltanski e Chiapello (2009, p. 37-38) afirmam: “O capitalismo, sob muitos aspectos, é um sistema absurdo. Os assalariados perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação (...). O que importa é que uma parte da população que não possui o capital ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda de produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende da decisão daqueles que os possuem (pois, em virtude do direito de propriedade, estes últimos podem recusar-lhe o uso de tais meios); enfim, que

forma que cada um, independentemente de seu interesse e qualidades intrínsecas, pudesse dedicar-se a ele com firmeza e regularidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40).

Marx, por sua vez, colocava o trabalho no centro daquilo que definira como eterna luta de classes³. Suas teorias a partir de conflitos entre mestres e escravos, lordes e servos, empregadores e empregados indicaram que, ao longo da história, a sociedade se reduziu a duas classes em atrito direto: a burguesia, dona do capital, e o proletariado, a quem restava o trabalho. A burguesia, dizia ele, destruiu todas as ligações entre as pessoas, exceto “o desumano pagamento em dinheiro”, e reduziu o valor pessoal ao valor de troca.

Todos os elos, complexos e variados, que uniam o homem feudal a seu superior, ela os rompeu sem piedade; não deixou outro elo entre o homem e seu próximo além do frio interesse. No lugar da exploração dissimulada das ilusões religiosas e políticas, ela introduziu uma exploração aberta, desavergonhada, direta, árida. Ela rasgou o véu dos sentimentos e das emoções próprios às relações familiares e reduziu-os a simples relações monetárias. Foi ela quem, primeiro, mostrou de que é capaz a ação humana (MARX; ENGELS, 2002, p. 17).

Para Castel (1998), a luta de classes segue até os dias de hoje, naquilo que chama de sociedade salarial. Os embates se dão entre *nós* e *eles*. O primeiro grupo carrega a ideia de categoria, de operário. Destaca o autor: “*Nós*, a gente não é zumbi; temos a nossa dignidade, direitos, formas de solidariedade e organização. Que nos respeitem: o operário não é um doméstico, não está sob o domínio da necessidade, nem à mercê da arbitrariedade de um senhor” (Ibid, p. 444). O segundo se relaciona ao patrão, à burguesia. “*Eles* têm riqueza, poder, acesso à cultura legítima e à multidão de bens que nunca conheceremos. *Eles* são pretensiosos e esnobes, e é necessário desconfiar *deles* mesmo quando pretendem querer nosso bem, porque são astutos e capazes de manhas que nunca poderemos controlar” (Ibid).

Castel (Ibid) entende que, apesar de todas as interferências que o trabalho sofreu ao longo da história, como religião e industrialização, ainda é referência central na vida moderna.

Gorz (2003, p. 21) também vê o trabalho “como o fator mais importante da socialização”. Ele refere-se à atividade como “cerne de nossa existência, individual e social”.

essa parcela lhes cede, no âmbito da relação salarial e em troca de remuneração, todo o direito de propriedade sobre o resultado de seu esforço, estando certo de que ele reverte totalmente para os donos do capital.”

³ Para Marx o problema seria resolvido se os meios de produção, como terra, matérias-primas e ferramentas, se tornassem propriedade comum para todo membro da sociedade consumir de acordo com sua necessidade.

A característica do trabalho que temos, procuramos e oferecemos é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos favores (Ibid).

Toledo (2009, p. 117), citando Beck (2001), acrescenta que o trabalho não é uma atividade isolada. “Implica certa interação com outros homens e, como resultado dela, o homem gera produtos e ele mesmo se transforma”.

Nos dias de hoje, observa Antunes (2005, p. 12), o desafio “é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora dele dotada de sentido”.

3. PRECARIADO: NEOLIBERALISMO CRIA NOVA CLASSE TRABALHADORA

O precariado, que Standing (2014) entende como uma nova classe trabalhadora, tem raiz no modelo neoliberal. Idealizado nos anos 1970 e alavancado nas décadas seguintes, o neoliberalismo dizia que o crescimento e o desenvolvimento das economias nacionais dependiam da competitividade do mercado. “Tudo deveria ser feito para maximizar a concorrência e a competitividade e para permitir que os princípios de mercado permeassem todos os aspectos da vida” (Ibid, p. 14).

Tal discurso, que inicialmente conquistou a simpatia de Margaret Thatcher (1925-2013), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (1911-2004), nos EUA, pregava que os países deveriam aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho. E isso passou a significar a transferência de riscos e insegurança aos trabalhadores e suas famílias. “O resultado tem sido a criação de um precariado global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (Ibid, p. 15).

Na década de 1980, uma das reivindicações neoliberais que se consolidou foi a de que os países tinham de perseguir a flexibilidade do mercado de trabalho. Sem a flexibilização, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o capital a outros países, atrás de custos mais baixos.

Na classificação de Standing, a flexibilidade se desenvolveu em quatro frentes: *flexibilidade salarial* (regula o rendimento pela demanda e busca diminuí-lo), *flexibilidade de*

vínculo empregatício (diminui a segurança e a proteção do emprego), *flexibilidade do emprego* (move continuamente funcionários dentro da empresa) e *flexibilidade de habilidade* (ajusta as competências dos trabalhadores).

A terceirização, afirmam Druck e Borges (2002, p. 112), é a forma mais visível da flexibilização do trabalho. Ela “permite concretizar o que mais tem sido propagado pelas estratégias empresariais e pelo discurso empresarial: os contratos flexíveis⁴. Leia-se: contratos por tempo determinado, por tempo parcial, por tarefa (por empreita), por prestação de serviço, sem cobertura legal”.

Barbosa (2011, p. 121-128) acrescenta que a terceirização, a precarização e o desprovisionamento das garantias de estabilidade de emprego representam um novo paradigma do trabalho. O resultado é “um tipo de indivíduo desvinculado de pertencimentos coletivos e desprovido de qualquer tipo de proteção social fornecida pelo Estado”.

Para Castel (2003, apud Barbosa, 2011, p. 128), o que se observa nesse cenário “é o surgimento de uma condição de vulnerabilidade tanto nas condições objetivas de vida dos trabalhadores quanto na percepção subjetiva que estes fazem de si mesmos a partir da esfera do trabalho”. Assim, “a sociedade passa a conviver com a fragilidade da relação salarial e a assistir ao desmoronamento dos princípios fundadores de coesão do sistema de vida social”.

Em outra frente, Standing afirma que se pode observar a precarização do trabalho pela renda (o trabalhador precário ganha menos e de forma irregular) e pela fragilização na noção de emprego (aqueles que fazem parte do precariado não sentem que pertencem a uma comunidade com códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade).

Na atualidade, acrescenta o autor, o precariado se apresenta nos empregos temporários, nos trabalhos de meio período, em trabalhadores autônomos, estagiários etc:

Não importa como seja definido, o precariado está longe de ser homogêneo. O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um cybercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima

⁴ Há uma corrente de autores que vê oportunidade de ganhos com estes contratos. Rosenfield (2006, p. 227), para citar um exemplo, diz que “um contexto de precarização e flexibilização do emprego associado a mudanças na organização do trabalho” força o trabalhador a rever sua condição porque o “trabalho tornou-se mais variado e mais complexo, o conteúdo e a natureza do trabalho tornaram-se mais ricos, visto uma maior demanda de investimento subjetivo e de mobilização da inteligência”. Assim, entende que “é possível supor que este quadro represente ganhos para os trabalhadores, já que o trabalho tornou-se mais interessante e flexível”.

semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro) (Ibid, p. 32).

Para Standing, a globalização agravou a questão do trabalho precário por afrouxar as fronteiras da produção. Como acrescenta Munk (2002, p. 13), a globalização é configurada pela desterritorialização (produz-se em todo lugar do mundo porque o capital é mais móvel que os trabalhadores) e pela brasileirização (sinônimo de mercado informal).

Nesse sentido, Sennett (2008, p. 81) observa que, “na sociedade das capacitações, muitos do que estão enfrentando o desemprego receberam uma educação e uma capacitação, mas o trabalho que buscam migrou para lugares do planeta em que a mão de obra especializada é mais barata”. Para o autor, a oferta global de mão de obra representa a noção contemporânea de inutilidade. Outra é a automação⁵.

4. A PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO DO JORNALISTA BRASILEIRO

Com base na noção de trabalho precário de Standing (2014), é possível afirmar que, no jornalismo, a precarização já mostrou suas garras em outros momentos da atividade. Mas, na última década, com as tecnologias digitais, está ainda mais perversa. Tais tecnologias impactam no jornalismo porque reconfiguram o perfil e a rotina profissional do jornalista, e redefinem o modelo de negócio das empresas do setor, baseado na pluralidade de atividades.

Nesse contexto, pode-se dizer que, no trabalho jornalístico, a precarização de agora se apresenta principalmente nas *jornadas estendidas* (costumavam ocorrer em dias de notícia fora da curva, como enchente ou desastre aéreo, mas com a produção da notícia no sistema 24/7 viraram rotina até em dias de noticiário fraco) e na *falta de controle da jornada de trabalho* (com as novas demandas, muitas empresas promoveram profissionais a cargos de confiança para, desse modo, abolir o cartão-ponto; assim, além da jornada estendida, não se respeita o descanso semanal e o intervalo de descanso entre uma jornada e outra, de 11 horas).

Também se apresenta na *contratação por Pessoa Jurídica* (uma forma de as empresas se livrarem de encargos sociais e de repassarem ao profissional a instabilidade do mercado, tornando-o um prestador de serviços); nos *contratos temporários* (muitos veículos

⁵ Na sociologia do trabalho existe uma larga tradição de determinismo tecnológico que se remonta a Marx, que disse certa vez que “o moinho movido a braço nos dá a sociedade dos senhores feudais. O moinho a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais” (MARX, 1976: 166, apud MUNK, 2002, p. 228).

passaram a contratar por períodos, como as eleições, e por demandas, como a criação de um site para as Olimpíadas); nos *contratos multimídia*⁶ (comum nos grandes grupos de comunicação, determinam que o profissional atue em mais de um veículo, como rádio e televisão, com um único salário); em *contratos empobrecidos de direitos legais* (como a atividade passou a ser controlada por grupos que administram muitos veículos de comunicação, a categoria perdeu poder de negociação e de recolocação no mercado); e no *trabalho sob pressão* (era degradante devido à busca pela precisão da notícia, agora agravou-se por causa da agilidade com que o conteúdo deve ser produzido).

Há que se acrescentar a isso formas “tradicionais” de precarização no jornalismo, como a *instabilidade no emprego* (o erro de uma informação pode ser mortal); a *instabilidade do emprego* (os meios de comunicação dependem da publicidade; tal verba é a primeira a ser cortada pelo anunciante em períodos de crise econômica); a *pressão política e comercial* (o produto do trabalho pode desagradar a poderosos); o *risco de processo* (nada deve ser publicado sem provas); e *renda baixa* (em Santa Catarina, o piso é de R\$ 1.900,00).

É preciso ainda considerar o *risco de vida* (o profissional se expõe a traficantes, coronéis da vida moderna, viagens a lugares desconhecidos); o *descontrole da vida pessoal* (por causa da produção contínua da notícia, não há expediente fixo); e o *controle sobre a produção* (é comum a matéria não ser publicada por desagradar figuras do poder).

No Brasil, segundo pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁷, as condições precárias de trabalho têm afastado jornalistas do mercado antes de eles completarem cinco anos de profissão. O levantamento aponta que, no fim de 2012, um em cada quatro profissionais da área trabalhava em mais de um emprego; um terço tinha renda menor que três salários mínimos; quase metade trabalhava mais de oito horas por dia; 23% levavam trabalho para casa; e 25% trabalhavam sem qualquer amparo trabalhista (freelancers, contratados como pessoas jurídicas ou prestadores de serviço).

O estudo apurou que 75% dos profissionais entrevistados estavam empregados formalmente naquele ano. Para Mick (2012, p.36), o fato de a maioria dos jornalistas do país

⁶ Com o avanço das tecnologias digitais, dois termos tornaram-se regra nas redações jornalísticas: *multimídia* e *multitarefa*. O primeiro sobrecarrega o profissional com o trabalho simultâneo em mais de um tipo de mídia. Isso ocorre com mais frequência nos grandes grupos de comunicação, que detêm rádios, jornais, sites e emissoras de televisão e pagam um único salário pelo trabalho em mais de um desses veículos. O segundo impõe aos jornalistas o trabalho que tempos atrás era feito por mais de um profissional. Assim, por exemplo, multiplicam-se casos de repórter de texto que também grava vídeos para o site e dirige o carro da empresa.

⁷ Pesquisa feita pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Colheu, em rede, respostas de 5 mil jornalistas de todos os Estados do país entre setembro e novembro de 2012.

estar protegida por direitos sociais trabalhistas não exclui o caráter precário da profissão. “Nesses casos, a precarização se traduz sobretudo por combinação perversa entre salários e jornada, em que a ascensão a todas as faixas de remuneração superiores a quatro salários mínimos é majoritariamente assegurada aos que trabalham mais de oito horas diárias.”

5. COMO SE DESENVOLVEU O TRABALHO PRECÁRIO NO JORNALISMO

No formato que conhecemos atualmente, o jornalismo⁸ é uma atividade que surgiu no século 17, com o aparecimento dos primeiros jornais⁹ na Europa, e se expandiu no século seguinte, com a industrialização: os sistemas de impressão melhoraram, permitindo aumentar as tiragens, e a população que começava a chegar às cidades em busca de trabalho formava um público leitor. Até o estágio atual, o jornalismo passou por quatro fases marcantes no mundo (MARCONDES, 2000). E todas implicaram no perfil profissional dos jornalistas.

A primeira fase, do *jornalismo literário ou político* (de 1789 a 1830), marca a passagem de um jornalismo incipiente, que não tinha nada de profissional e atendia pequenos grupos econômicos e políticos, a um jornalismo guiado por fins pedagógicos e formação política. Não havia empresas voltadas ao lucro. Havia uma imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz (MARCONDES, 2000, p. 12).

Nessa época, a atividade jornalística era marginal e mal definida (RUELLAN, 2004). Havia basicamente três funções nos jornais: os diretores, que exerciam o papel do faz-tudo; os copistas, figuras polivalentes dos primeiros jornais; e os informantes, que traziam informações ao jornal para serem publicadas.

A segunda fase, do *jornalismo de informação* (de 1830 a 1900), foi marcada pelo fim do romantismo jornalístico¹⁰. As empresas cresceram e se aproximaram do capitalismo. A publicação de jornais ganhou espaço por causa das garantias de liberdade de imprensa¹¹, que davam independência aos periódicos, e os recém-formados centros urbanos demonstravam interesse no conteúdo. Com a estruturação das empresas, surgiram as divisões de trabalho nas

⁸ Em essência, o jornalismo é uma atividade que existe desde a Grécia Antiga, quando a comunidade se reunia em mercados públicos para ouvir as novidades dos viajantes (KAPUSCINSKI, 2006).

⁹ Há certa divergência sobre o primeiro jornal, sobretudo porque no início do século 17 não se tinha uma definição clara a este respeito. Contudo, nota-se algum consenso acerca do *Aviso de Augsburg*, publicado em 1609, na Alemanha. Na América, o pioneiro foi o *Boston Newsletter*, em 1704 (BRIGGS & BURKE, 2006).

¹⁰ É nessa fase que surgiu a chamada objetividade jornalística: separando a opinião (da fase anterior) dos fatos, podia-se buscar o lucro por meio do mercado publicitário.

¹¹ Os EUA foram o primeiro país a instituir a liberdade de imprensa, em 1791. Na Inglaterra, ocorreu em 1830.

redações, com a separação entre departamentos de gestão, editorial e reportagem¹². Com mais anunciantes, mais repórteres, a figura mais notória do jornalismo, eram contratados.

Ruellan (2004) acrescenta que havia três grupos de profissionais nessa época: os que tinham o jornalismo como segunda atividade (tipógrafos, fotógrafos, professores); os que tinham o jornalismo como primeira e única atividade (diretores, articulistas, repórteres); e os que tinham uma atividade dupla (escritores, advogados).

A terceira, a *consolidação das empresas* (de 1900 a 1960), se caracteriza pela consolidação de grandes grupos que monopolizam o mercado¹³, e pelo desenvolvimento de meios de transmissão de notícias, como o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio. A profissão se estruturou, e surgiram os primeiros cursos, nos EUA e na França, para formar novos profissionais.

A quarta, a *era da tecnologia* (a partir de 1960), se caracteriza pela progressiva utilização da tecnologia, pela informação eletrônica e interativa, pelo aumento da velocidade da transmissão da informação e pela crise da imprensa escrita ante a internet. É no extremo dessa fase que se verifica o nascimento do profissional polivalente, que trabalha para mais de um veículo de comunicação (multimídia) e que desempenha tarefas que antes eram executadas por profissionais específicos (multitarefa).

Desde o início da atividade, o trabalho jornalístico sempre flertou com a noção de sacerdócio e com o ideal de um mundo melhor. Assim, muitos escolhem a profissão por acreditar na possibilidade de mudar o cotidiano de quem está a sua volta; ou por imaginar que terão a oportunidade de desempenhar papel em mudanças sociais (FOLQUENING, 2002). As empresas, de olho no lucro, sabem tirar proveito desse perfil.

Traquina (2008) observa que, historicamente, jornalistas são profissionais comprometidos com os ideais de justiça e democracia, e que por isso demonstram disposição para se expor a longas jornadas de trabalho, a sacrificar suas vidas pessoais e até a correr risco de vida em nome da responsabilidade social. Segundo o autor (2008, p. 23), “para esta comunidade de crentes, um objeto de culto é a própria profissão, que exige dedicação total, porque o jornalismo não é uma ocupação; é mais que um trabalho, porque é uma vida”.

¹² Surge a figura do repórter, que é pago apenas para recolher e relatar notícias (SHUDSON, 2010). Então, começa-se a usar entrevistas, testemunhas oculares e reportagens descritivas.

¹³ Nos EUA formou-se o conglomerado *Hearst*. Na Inglaterra, o *Northclyff*. Na Alemanha, o *Ullstein Mosse*.

No Brasil, há alguma variação nas quatro fases do jornalismo citadas anteriormente porque os primeiros jornais surgiram em 1808¹⁴. Nos periódicos do país, os primeiros empregados eram jovens eruditos e escritores que buscavam uma renda complementar. Em linhas gerais, os jornais e revistas do século 19 serviam de trampolim para grandes escritores (SODRÉ, 1999).

A profissionalização começou, oficialmente, em 1969, quando o diploma universitário passou a ser exigido para o exercício da profissão. O Decreto-Lei 972/1969¹⁵ criou a profissão do jornalista e regulamentou seu exercício. Mas em 2009, a Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a exigência do diploma para o trabalho do jornalista no país, criando um fosso entre jornalistas que aprenderam a profissão no mercado de trabalho e os que a aprenderam nas universidades. A decisão foi tomada durante julgamento de ação movida pelo sindicato das empresas de rádio e televisão de São Paulo.

O relator do processo, Gilmar Mendes, avaliou não ser necessária uma formação específica para o trabalho do jornalista. Na decisão, alegou que “danos a terceiros não são inerentes à profissão de jornalista e não poderiam ser evitados com um diploma”.

Ele declarou ainda que “as notícias inverídicas são grave desvio da conduta e problemas éticos que não encontram solução na formação em curso superior do profissional”. E frisou que o decreto de 1969 que regulamenta a profissão “foi instituído no regime militar e tinha clara finalidade de afastar do jornalismo intelectuais contrários ao regime”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho precário, como sustenta Standing (2014), atinge trabalhadores de todos os segmentos econômicos. Afeta também profissionais de diferentes idades, lugares e trajetórias. Natural, então, que recaia entre os jornalistas.

No caso dessa categoria, as mudanças no mercado de trabalho alteram não só a rotina profissional, refletindo na jornada de trabalho, nos rendimentos, na instabilidade de emprego e nas formas de contratação, como modifica o perfil profissional: o jornalista deve ter, como

¹⁴ Os primeiros jornais do Brasil foram a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada a partir de 10 de setembro de 1808, criada pela Coroa Portuguesa; e o *Correio Braziliense*, a partir de 1º de junho daquele ano. O Correio, que agora batiza o quase homônimo Correio Brasiliense (com s em vez de z), era impresso fora do país.

¹⁵ Antes de 1969, o jornalista foi descrito como “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias” pelo Decreto-Lei 910, de 1938. Em 1944, o Decreto-Lei 7.037 definiu as funções do jornalista e estabeleceu um piso mínimo para a categoria.

observa Scolari (2008), três polivalências: *tecnológica* (base do profissional multimídia), *temática* (sai o especialista em um determinado assunto e entra o generalista) e *midiática* (profissional trabalha para vários meios ao mesmo tempo).

Um dos resultados desse processo, como comprovou Mick (2012), é um mercado predominado por jovens formados há menos de cinco anos. Sobram energia e domínio de tecnologias digitais. Mas falta experiência. Consequência disso são notícias cada vez mais ágeis e cheias de hiperlinks, porém fracas em conteúdo e relevância social. Predomina, como enfatiza Moretzsohn (2002), o fetiche do imediato.

Nesse contexto, pode-se supor que o efeito mais nefasto do trabalho precário no jornalismo é o impacto que tem em seu produto mais nobre: a informação. E a informação é um bem precioso ao desenvolvimento das sociedades.

A humanidade já passou pela era da agricultura, pela era da industrialização e chegou à era da informação e do conhecimento (DRUCKER, 1999). Com a internet, já se falou em sociedade em rede (CASTELLS, 2002), em inteligência coletiva (LEVY, 1994), em ambientes interativos (SALAVERRÍA, 2005) e em ciberespaço (SANTAELLA, 2004). Nesse contexto, cabe perguntar: é admissível que o profissional encarregado da informação e que o produto de sua atividade sejam enfraquecidos por condições de trabalho precárias?

Por causa dos esquemas fraudulentos que já descobriu, da vigilância permanente do poder (LIPPMANN, 2010), das mazelas políticas, dos abusos de autoridade, do combate à desigualdade e injustiças etc, a imprensa já recebeu o apelido de Quarto Poder. Assim, pode-se novamente questionar: quem ganha com a precarização do trabalho do jornalista? Será que, além de questões levantadas por Standing (2024), como a globalização do capital e a flexibilização do trabalho, há alguma outra força (política? Econômica?) que se beneficie dessa afronta à atividade jornalística?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**; revisão técnica de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARBOSA, Attila Magno e Silva. *O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho*. In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, 2011.



BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. **Terceirização: balanço de uma década**. Caderno CRH, Salvador, n. 37.

DRUCKER, Peter. **Desafios Gerenciais para o Século XXI**. São Paulo, Thompson Learning, 1999.

FOLQUENING, Vitor. **O humanismo entre os futuros jornalistas: um estudo das representações de acadêmicos da Comunicação Social**. Dissertação, UEPG, 2001.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas Viagens com Heródoto: entre a história e o jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**; tradução de Jacques Wainberg. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Fronteira do Pensamento, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

MORETZSOHN, Sylvy. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.





MUNK, Ronald. **Globalización y trabajo**: la nueva gran transformación. El viejo topo, 2002.

ROSENFELD, Cinara. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle? In: PICCINNINI, Valmiria et al. (orgs) **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

RUELLAN, Denis. **Grupos profissionais e mercado de trabalho no Brasil**. Revista Comunicação e Sociedade, v. 15, dez. 2004.

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción periodística en internet**. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOLARI, Carlos. **Hipermediaciones**: elementos para una teoría de la comunicación digital interativa. Barcelona: Gedisa, 2008.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimdo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio: Mauad, 1999.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Hacia un concepto ampliado del trabajo. In: **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones del trabajo e identidades laborales**. Clasco, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**; tradução de Vinicius Eduardo Alves. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2013.





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Original recebido em: 06 de fevereiro de 2015
Aceito para publicação em: 01 de novembro de 2016

Jeferson Bertolini

Doutorando em Ciências Humanas (UFSC), mestre em Jornalismo (UFSC), bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (Univali).



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

